

■ NACIONAL

# PIB do Brasil chega a R\$ 658,1 bilhões

Pelo critério do Banco Central, o total de bens e serviços produzidos pelo País em dólar no ano passado foi de US\$ 718,49 bilhões

por Vera Saavedra Durão  
do Rio

Os números são oficiais. Em 1995, o Produto Interno Bruto (PIB) — total de riquezas produzidas no Brasil — chegou ao recorde de R\$ 658,1 bilhões. Isso representa um crescimento de 4,24% no volume de bens e serviços. A renda per capita alcançou R\$ 4.243,67 — um aumento real de 2,8% diante da expansão demográfica de 1,37% no período.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) junto com a revisão das contas nacionais nos últimos cinco anos. Os números revelam melhor desempenho da economia brasileira em 1995 ao dados preliminares antes conhecidos. Antes da revisão, o PIB estimado para o ano passado era de R\$ 631 bilhões com uma expansão de 4,12%, disse o coordenador das contas nacionais do IBGE, Almir Cronemberger.

Em dólar, o Brasil registrou o maior PIB de sua história. Ficou em US\$ 718,49 bilhões, calculados conforme determina a nova metodologia do Banco Central com base no valor médio da variação cambial no ano. A renda per capita do brasileiro também subiu na moeda norte-americana, chegando a US\$ 4.632,83.

O crescimento de 4,24% do produto real foi sustentado pela expansão do setor agropecuário em 5,05% e dos serviços, em 5,97%, enquanto o setor industrial registrou um desempenho modesto de 2,04%. Na agropecuária, o destaque foi a produção animal, com cresci-

Produto interno bruto					Produto interno bruto "per capita"					Deflator implícito	
Anos	Preços correntes R\$ 1.000	Preços de 1980 R\$	Índices do produto real		População residente 1000 hab. (1)	Preços correntes R\$	Preços de 1980 R\$	Índices do produto real		Índices base: 1980=100 (2)	Variação anual em %
			base:1980=100	Variação anual em %				Base: 1980=100	Variação anual em %		
1990	10.973	5,327	117,1	-4,3	144.724	0,076	3,681E-08	95,9	-5,9	2,060E+08	2.596
1991	57.389	5,345	117,5	0,3	147.074	0,390	3,634E-08	94,7	-1,3	1,074E+09	421
1992	619.493	5,301	116,6	-0,8	149.358	4,148	3,549E-08	92,5	-2,3	1,169E+10	988
1993	14.116.170	5,523	121,4	4,2	151.572	93,132	3,644E-08	95,0	2,7	2,556E+11	2.087
1994	360.919.362	5,854	128,7	6,0	153.726	2.347,809	3,808E-08	99,3	4,5	6,165E+12	2.312
1995	658.141.237	6,102	134,2	4,2	155.822	4.223,673	3,916E-08	102,1	2,8	1,078E+13	75

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais  
(1) População estimada para 1º de julho  
(2) Valores expressos em notação científica (E), em potências de 10. Ex.: 3,674E-08 = 0,00000003674

mento de 11,93%, enquanto a lavoura se manteve estável.

Nos serviços, os melhores desempenhos ficaram por conta das comunicações, com aumento de 24,66%, e o comércio, 8,52%, que responderam por 80% da expansão do terceiro. As instituições financeiras tiveram queda de 7,5%, refletindo o ajuste do setor bancário com a queda da inflação. O forte declínio da inflação ficou demonstrado, nas contas nacionais, pela redução do deflator implícito do PIB

de 75% no ano passado em comparação com os 2.312% em 1994.

A rigidez da política monetária, no ano passado, principalmente no segundo semestre, prejudicou alguns setores mais dependentes de crédito, como a construção civil, que apresentou expansão de apenas 0,1% no período, e a indústria de transformação, que cresceu 1,72%.

Afetados pelos juros altos, redução do crédito e pela concorrência dos importados, os bens de capital e os bens intermediários (insu-

mos) aumentaram sua produção em tímidos 0,3% e 0,2%, respectivamente. Apenas os bens de consumo tiveram expansão (6%), com crescimento expressivo da indústria farmacêutica (18,15%), bebidas (17,16%) e material elétrico e de comunicação (14,59%).

Os investimentos produtivos aumentaram no ano passado, elevando sua participação no PIB para 16,6%, crescendo 1,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A expansão dos investimentos se concentrou

principalmente no segmento de máquinas e equipamentos, impulsionado pelo aumento significativo da arrecadação de bens de capital.

As importações foram estimuladas não apenas pela reestruturação industrial, mas também pelo barateamento dos preços destes bens diagnosticado nas contas nacionais. A queda da taxa de investimentos de 19,2% do PIB, em 1995, ante 19,6% do PIB, em 1994, calculada em preços correntes (do ano a que se refere o dado) sinaliza queda de

preços dos bens de capital em 1995, como explica Almir Cronemberger.

No âmbito das contas públicas, houve bom desempenho da arrecadação tributária (27,7% do PIB) e redução na necessidade de financiamento do governo (poupança negativa) de 8% do PIB em 1994 para 4,6% do PIB no ano passado. A melhoria decorreu da queda das despesas com as transferências voluntárias e da boa arrecadação de tributos. Tal comportamento das contas do governo não eliminou, porém, o déficit público.

## Saiu o novo PIB, mas o método é velho

por Sandra Gomide  
de São Paulo  
(Continuação da página A-1)

era incentivar a importação de bens de capital para modernizar a indústria. Desde 1990, quando o percentual de importados era de apenas 6%, muita coisa mudou.

O professor da Universidade de Brasília (UnB), José Roberto Novaes de Almeida, cita um antigo caso dos anos 60 para mostrar como a atualização periódica dos dados faz



mica Aplicada (Ipea), que faz as projeções trimestrais do PIB, argumenta que a informalidade não pode ser tão grande assim sem que os números a percebam. "Se a economia brasileira tivesse realmente uma informalidade de 30%, como estimam alguns economistas, haveria mais de R\$ 200 bilhões circulando por fora. Sabemos que isso não é possível ao comparar, por exemplo, dados de consumo de energia e combustível com a produção industrial e comércio. Se isso

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

### A origem dos equipamentos

(Formação bruta de capital fixo - máquinas e equipamentos - 1990/95 - em R\$ 1.000)

Anos	Equipamentos		Total
	Nacionais	Importados	
1990	704	83	787
1991	2.814	558	3.372
1992	28.813	6.576	35.389
1993	677.095	155.674	832.769

so dos anos 60 para mostrar como a atualização periódica dos dados faz falta para as contas nacionais e pode até comprometer a análise das tendências macroeconômicas.

Segundo Novaes de Almeida, em março de 1964, quando o governo divulgou o PIB do ano anterior, a taxa de crescimento calculada para 1963 era de 1,6%. No ano anterior (1962), a taxa tinha sido de 5,4%, o que significou um bom recuo da atividade no período.

“Após a revisão das estatísticas, porém, descobriu-se que o verdadeiro crescimento de 1963 tinha sido de apenas 0,6% e, o de 1962, de 6,6%. Portanto, o recuo da atividade, naquele período, foi bem maior do que se imaginava”, analisa Novaes de Almeida, ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central (BC), que durante 30 anos trabalhou com tais estatísticas.

### O IBGE contesta quem diz que o PIB ainda não inclui a economia informal e diz que ela é bem menor do que se pensa

O resultado do ano seguinte (1964) confundiu ainda mais quem tentava entender os rumos da economia naquela época. Mais uma vez, durante algum tempo o governo pensou que a taxa de crescimento fora de 3,1%, mas depois descobriu que, na realidade, foi de 3,5%. Em 1965, a taxa recuou para 2,4%. “No final das contas, percebeu-se que o forte ajuste econômico se dera em 1965 e não em 1964”, conta Novaes de Almeida.

Outro tipo de erro comum nas estatísticas das contas nacionais foi percebido alguns anos depois,



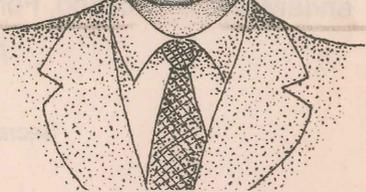
Edward Amadeo

em 1969, quando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável na época pelo cálculo do PIB, revisou suas contas com base no censo de 1965. “Depois da revisão, constatou-se uma diferença de 26% para mais no valor absoluto do PIB daquele ano. Algo semelhante pode estar acontecendo agora devido à falta de um censo econômico nos últimos onze anos”, acredita ele.

É claro que a metodologia que o IBGE utiliza hoje é muito mais moderna que a da FGV de vinte anos atrás, mas ainda assim os técnicos do IBGE reconhecem que são necessárias muitas mudanças para adequar os cálculos das contas nacionais à nova realidade econômica brasileira.

Um das alterações mais marcantes em relação às décadas passadas foi o surgimento da informalidade. O diretor do departamento de Pesquisas do IBGE, Lenildo Fernandes Silva, contesta todos os que dizem que o valor do PIB, estimado neste ano em R\$ 680 bilhões, não inclui a parcela da economia informal e diz ainda que ela é muito menor do que se pensa.

Segundo ele, a metodologia de pesquisa do IBGE é a mesma de países desenvolvidos, como França e Canadá, e permite medir a informalidade, que hoje é de apenas 12,9%. Esse universo informal já estaria incluído no valor do PIB calculado pelo IBGE. “Todo mundo fala de informalidade



Claudio Considera

na casa dos 30%, mas essa taxa só existe no comércio paulistano e não é válida para todo o País. Na indústria de transformação, por exemplo, a informalidade é quase nula”, diz Silva.

### Os ganhos de produtividade da indústria, segundo o IBGE, estão na casa dos 7% anuais, mas poucos acreditam nisso

No entanto, o economista Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), diz encontrar quase que diariamente dúvidas nas estatísticas sobre renda, desemprego e produtividade industrial, áreas nas quais concentra seu trabalho. “Há uma discrepância muito grande entre a taxa de crescimento de 15% do PIB e o aumento de 22% da renda dos trabalhadores acumulados desde 1993. Isso me leva a pensar que a economia informal é em boa parte responsável por essa diferença”, afirma Amadeo.

A pesquisa de rendimentos feita pelo IBGE também mostra que aqueles que mais tiveram aumento de renda, após o Plano Real, foram os trabalhadores sem carteira, com ganhos reais acumulados de mais de 40% no período.

O economista Claudio Considera, do Instituto de Pesquisa Econô-

mico, dados de consumo de energia e combustível com a produção industrial e comércio. Se isso fosse verdade, apareceriam fortes desequilíbrios nas contas finais, o que não corre”, afirma Considera.

“Mesmo que esses dados isolados não reflitam a total realidade econômica, as pesquisas domiciliares e os censos demográficos conseguem detectar os trabalhadores da economia informal e, com isso, dar uma noção desse mercado”. acrescenta Silva, do IBGE. As duas pesquisas a que Silva se refere são Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Há principalmente nas estatísticas do setor industrial alguns problemas para os quais o IBGE ainda não encontrou solução. Os ganhos de produtividade da indústria estão, segundo o IBGE, na casa dos 7% anuais, mas pouca gente acredita nisso. Até mesmo Considera, que foi chefe do departamento de contas nacionais do IBGE, acha essa taxa muito elevada para os padrões da economia brasileira. Ele acredita ser basicamente fruto de distorções estatísticas.

Os economistas sabem que a metodologia do IBGE não leva em conta a mão-de-obra terceirizada

1993	677.095	155.674	832.769
1994	17.681.973	4.304.885	21.986.858
1995	30.833.925	10.083.694	40.917.619

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais

nem tampouco os insumos importados que entram na fabricação dos produtos nacionais. “Daqui para frente, os ganhos de produtividade da indústria nacional deverão ser, na realidade, de 3%”, calcula.

### A nova sistemática de pesquisa incluirá informações de áreas que ampliaram sua importância, como o comércio exterior

Amadeo comparou os dados das pesquisas industriais do IBGE e constatou uma grande diferença também na taxa de perda de empregos neste setor desde 1989. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), que reflete o comportamento das grandes empresas, a taxa acumulada de perda de empregos no período foi de 22,7%. “A PNAD, no entanto, revela que apenas 11,2% da popu-

lação ficou sem emprego no período. Acho que a parte que está faltando foi para a economia informal”, acredita Amadeo.

Os técnicos do IBGE reconhecem que as mudanças no setor industrial resultaram em perdas expressivas para a base de dados do setor, que também é de 1985. “Estamos reformulando as pesquisas e o cadastro das empresas”, conta Silvio Salles, chefe do departamento de Indústria do IBGE.

A nova sistemática de pesquisa será mais detalhada e específica e vai incluir informações de segmentos que, nos últimos anos, aumentaram de importância para a economia, como é o caso do comércio exterior. A exemplo do Brasil, outros países em desenvolvimento, como o Chile, também estão substituindo os velhos modelos de estatísticas econômicas. Na maioria dos casos, os próprios números mostram que tais métodos de pesquisa não funcionam mais.

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

## A receita do setor público

(Conta corrente das administrações públicas - 1990/95 - em R\$ 1.000)

Especificações	1990	1991	1992	1993	1994	1995
8.1. Consumo final das administrações públicas	1.845	8.359	89.541	2.295.957	57.665.930	110.482.528
8.1.1. Salários e encargos	1.236	5.058	54.509	1.273.963	33.470.861	70.153.657
8.1.2. Outras compras de bens e serviços	609	3.301	35.032	1.021.995	24.195.069	40.328.871
8.2. Subsídios	209	1.206	14.181	156.136	3.929.811	6.379.870
8.3. Transferências de assistência e previdência	1.008	5.534	57.823	1.546.033	38.440.299	78.120.440
8.4. Juros da dívida pública interna	2.056	2.300	61.111	2.028.390	38.873.372	39.520.516
8.5. Poupança em conta corrente	-1.498	-1.190	-43.806	-1.391.266	-28.927.247	-29.996.250
Total da Utilização da Receita Corrente	3.621	16.209	178.850	4.635.251	109.982.165	204.507.104
8.6. Tributos indiretos	1.840	8.501	88.168	1.944.060	56.173.326	102.740.592
8.7. Tributos diretos	1.404	6.197	73.101	1.709.367	44.657.298	79.783.954
8.8. Outras receitas correntes líquidas	376	1.511	17.581	981.824	9.151.541	21.982.558
8.8.1. Outras receitas correntes brutas	5.519	26.540	317.222	8.260.082	136.333.498	186.974.389
8.8.2. Menos outras despesas de transferências	5.143	25.028	299.641	7.278.258	127.181.957	164.991.831
8.8.2.1. Transferências intragovernamentais	2.867	12.804	109.734	1.977.549	58.887.769	94.290.160
8.8.2.2. Transferências intergovernamentais	763	3.555	37.874	878.549	21.725.842	38.321.324
8.8.2.3. Transferências ao setor privado	1.437	8.375	144.421	4.348.145	43.996.138	27.202.315
8.8.2.4. Transferências ao exterior	76	294	7.612	74.015	2.572.208	5.178.032
Total da Receita Corrente	3.621	16.209	178.850	4.635.251	109.982.165	204.507.104

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais

## A formação de capital

(PIB e formação bruta de capital fixo - 1990/95)

Anos	Preços correntes (R\$ 1.000)		FBCF/PIB Em %	Preços de 1980 (R\$)		FBCF/PIB Em %
	PIB	FBCF		PIB	FBCF	
1990	10.973	2.369	21,6	5,327	0,826	15,5
1991	57.389	10.770	18,8	5,345	0,811	1,52
1992	619.493	117.057	18,9	5,301	0,741	14,0
1993	14.116.170	2.714.429	19,2	5,523	0,794	14,4
1994	360.919.362	70.877.024	19,6	5,854	0,894	15,3
1995	658.141.237	126.643.575	19,2	6,102	1,014	16,6

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil